



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA

Migração de Retorno, Programas Assistenciais do Governo Federal e Rotatividade Migratória
no Nordeste Brasileiro: 1995-2009

Cintia Cordeiro Macedo
Matrícula nº: 103079805

Rio de Janeiro
Abril 2012

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Economia

Migração de Retorno, Programas Assistenciais do Governo Federal e Rotatividade Migratória
no Nordeste Brasileiro: 1995-2009

Cintia Cordeiro Macedo

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Econômicas pela UFRJ.

Orientadora: Valéria G. da Vinha

Rio de Janeiro
2012

Migração de Retorno, Programas Assistenciais do Governo Federal e Rotatividade Migratória
no Nordeste Brasileiro: 1995-2009

Cintia Cordeiro Macedo

Trabalho de conclusão de curso submetido ao corpo docente do Instituto de Economia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do
título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado por:

Prof.^a Valéria G. da Vinha

Prof. René Louis de Carvalho

Prof.^a Maria Helena Lavinias de Moraes

Data: 10/05/2012

Nota: _____

Rio de Janeiro

2012

MACEDO, Cintia Cordeiro. Migração de Retorno, Programas Assistenciais do Governo Federal e Rotatividade Migratória no Nordeste Brasileiro: 1995-2009.

Orientadora: Valéria G. da Vinha. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2012. 47f.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, 2012.

1. Migração de Retorno 2. Programas Assistenciais 3. Rotatividade Migratória I. VINHA, Valéria G. da (Orientador) II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia III.

MACEDO, Cintia Cordeiro. Migração de Retorno, Programas Assistenciais do Governo Federal e Rotatividade Migratória no Nordeste Brasileiro: 1995-2009. Orientadora: Valéria G. da Vinha. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2012. 47f.

(Trabalho de conclusão do curso de Graduação. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro)

RESUMO

Este trabalho procurou entender a relação entre os programas assistenciais do Governo Federal e a chamada migração de retorno para a Região Nordeste no período de 2000 a 2006, a partir de dados do Censo Demográfico de 2000 e das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) de 2004 e 2006, além de apresentar uma análise específica do Índice de Rotatividade Migratória, publicado em 2009. Analisando os novos padrões da migração brasileira, percebeu-se que a Região Sudeste passou a não ser tão atrativa e a Região Nordeste passou não só receber seus naturais de volta como também a ter menores volumes de população deixando a região em direção a outras. Nesse contexto, a migração de retorno configurou-se a grande novidade evidenciada pelo Censo de 2000. Foi possível ainda, verificar as características desse migrante retornado em comparação ao migrante de não retorno, que no geral é mais jovem, bem educado e está inserido, em sua maioria, em ocupações informais. Também descrevemos os principais programas sociais do Governo Federal, destacando a magnitude e a importância do Bolsa Família, averiguando como essas transferências direta de renda podem ter influenciado a decisão do migrante de retornar a sua região de origem. De acordo com dados mais recentes, as cidades brasileiras que se encontram em rotatividade migratória são aquelas que possuem um equilíbrio entre o número de entradas e saídas de população.

Os resultados deste estudo confirmam a importância da migração de retorno para a Região Nordeste, mas não confirmam uma relação estreita entre a remigração para esta região e os programas de transferência direta de renda do Governo Federal. Além disso, revelam a constante mudança dos fluxos migratórios pelos quais o país vem passando, uma vez que a situação de rotatividade migratória pelos estados parece ser a mais nova tendência dos movimentos migratórios brasileiros.

Palavras -chaves: Migração de Retorno, Programas Assistenciais, Rotatividade Migratória.

Existe alguma coisa impossível para o Senhor?

(Gênesis 18:14)

Agradecimentos

Agradeço a Deus, que esteve comigo também nesse momento tão importante e me capacitou para concluir mais esta etapa.

Agradeço a Valéria Vinha por ter orientado este trabalho, por suas contribuições e apoio para a finalização deste trabalho.

Agradeço aos Professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – pelos ensinamentos ao longo desses anos.

Agradeço ao meu esposo Raphael que sempre foi meu grande incentivador e motivador na minha vida acadêmica e profissional.

Agradeço à minha mãe Maria Regina e ao meu pai Paulo Roberto por sempre incentivarem os meus estudos e a minha vida acadêmica.

Agradeço aos meus pais na fé, Felipe e Ilana por me encorajarem.

Agradeço a todos que de alguma maneira contribuíram para a realização desse trabalho.

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1: A Migração de Retorno como atual tendência da migração brasileira	10
1.1. Contextualização histórica da migração nordestina no Brasil	10
1.1.1. Causas do movimento migratório interestadual do NE	10
1.1.2. Características do migrante nordestino	12
1.2. A nova face do migrante brasileiro	13
1.2.1. Definição de migração de retorno	13
1.2.2. A mudança do perfil da migração brasileira	13
1.2.3. Causas da migração de retorno ao NE	16
1.2.4. Características do migrante de retorno	19
Capítulo 2: A Migração de Retorno ao NE, os Programas Assistenciais do Governo Federal e Rotatividade Migratória	24
2.1. Caracterização dos programas assistenciais	24
2.1.1. Bolsa Família	24
2.1.2. Benefício Assistencial de Prestação Continuada (BPC)	27
2.1.3. Previdência Social	29
2.1.4. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	30
2.1.5. Programa de Aquisição de Alimentos	32
2.2. Impactos dos programas assistenciais no nível de migração de retorno	34
2.3. Rotatividade Migratória	35
Capítulo 3: Conclusão	43
Referências Bibliográficas	45

Introdução

Desde os anos 1950, a migração nordestina destaca-se nos movimentos migratórios das regiões brasileiras, historicamente conhecida pelos altos níveis de população que deixaram a região em direção a outros estados em busca de melhores condições de vida. Em contrapartida, as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo eram o principal destino desse contingente populacional. No entanto, Siqueira (2006) mostra que o estado de São Paulo passou de grande receptor de mão de obra para emissor nos últimos anos, enquanto a região Nordeste deixou de ser região tradicionalmente emissora de migrantes para se tornar receptora de pessoas, pois entre 1995-2000 a população de nordestinos remigrantes foi de 41% em relação ao número de retornados do Brasil (QUEIROZ, 2010). Segundo Queiroz (2010), apud Ramalho e Silveira Neto (2009), a região Nordeste emitiu o maior número de migrantes de retorno durante 1997-2007, cerca de 634 mil, sendo que o perfil desses migrantes são jovens, solteiros, com maior escolaridade e um maior percentual de informalidade quando comparados aos migrantes dos períodos anteriores.

O fenômeno da migração de retorno no país pode estar relacionado tanto à questões desfavoráveis na região de destino como à melhores condições na região de origem. Entre as principais causas, estariam uma nova estrutura econômica, nas grandes metrópoles, mas, também, nas regiões mais pobres, além de políticas públicas que favoreceriam não só a migração de retorno, mas também a não perda de seus naturais para outras regiões.

Este trabalho procurou analisar o fenômeno da migração de retorno bem e o perfil do migrante retornado no período de 2000 a 2006, relacionando este fluxo com os resultados dos programas assistenciais do Governo Federal, e sua possível influência na decisão do retornado, apesar de neste período o impacto do principal programa, o Bolsa Família, ainda não ser tão expressivo. Adicionalmente, apresentamos uma análise específica sobre o Índice de Rotatividade Migratória, de 2009, como tendência mais recente. Convém esclarecer que, embora reconhecendo a importância desta variável na migração de retorno, não analisamos dados do mercado de trabalho.

O trabalho foi dividido em três capítulos, além desta introdução. O primeiro capítulo faz uma revisão histórica sobre a migração na Região Nordeste. O segundo capítulo analisa os principais programas assistenciais de transferência de renda do Governo Federal e seus impactos na migração de retorno e apresenta o índice de rotatividade migratória, e no capítulo três, são apresentadas as conclusões gerais.

Capítulo 1 – A Migração de Retorno como a Atual Tendência da migração Brasileira (1995-2000)

1.1. Contextualização histórica da migração nordestina no Brasil

A migração de nordestinos em busca de melhores condições de vida é algo que ocorre há muitas décadas. Os fluxos migratórios compostos de migrantes da Região Nordeste fazem parte do êxodo rural que atinge os estados da região. Fazendo uma retrospectiva, é possível constatar um grande fluxo migratório de nordestinos na década de 1950, década que passou por grandes movimentos de urbanização e de aumento das disparidades regionais. Este período é marcado por grandes movimentos migratórios e os nordestinos já constituíam a maior parcela dos migrantes brasileiros. Queiroz (2010) apud Martine e Camargo (1984) classifica a Região Nordeste, excluindo o Maranhão, e os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul como “Áreas Tradicionalmente de Emigração” por apresentarem saldos negativos, por várias décadas. Contudo, a década seguinte é a única na qual os nordestinos não lideram o *ranking* da migração do país e é nessa década que ocorrem os primeiros movimentos de retorno. Mas a partir daí, volta-se ao cenário anterior, em que a migração rural brasileira é predominantemente nordestina.

No entanto, na década de 1980, o Nordeste caracteriza-se por ter uma migração mais intra-regional do que inter-regional. Por fim, é a partir da década de 1990 que a história da migração começa a mudar. Apesar dos nordestinos ainda liderarem os fluxos migratórios e buscarem novas oportunidades fora da Região Nordeste, intensifica-se o processo chamado de migração de retorno, onde estes têm saído de seus lugares de destino e voltado para suas regiões de origem.

1.1.1. Causas do movimento migratório interestadual do Nordeste

1.1.1.1. Êxodo Rural

Um dos principais fatores que motivou, e ainda motiva, fortemente a migração durante vários anos foi o êxodo rural, fruto do excedente populacional das zonas rurais do país, ligado diretamente à estrutura fundiária brasileira, altamente concentrada. Característica marcante em meio aos nordestinos que deixam as áreas rurais em busca de cidades que ofereçam melhores condições de vida. Segundo Queiroz (2010), em torno da década de 1950, o êxodo rural foi um dos responsáveis pela urbanização e expansão de grandes metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo, impulsionadas, por exemplo, pelos sistemas de ferrovias que ligavam os grandes centros.

1.1.1.2. Secas

As recorrentes secas do sertão nordestino, motivaram por questão de sobrevivência movimentos migratórios ao longo da história da migração nordestina. As secas que geram fome e miséria no Nordeste brasileiro, impulsionaram, e a ainda fazem com que muitos nordestinos partam para novas regiões em busca de novas oportunidades. De acordo com Mattei (2007), o autor Josué de Castro já levantava o problema da fome na sua obra do início do século XX, *Geografia da Fome* dizendo que era a expressão biológica de uma doença social. Contudo, somente a partir da década de 1980, o assunto ganhou destaque em âmbito nacional.

1.1.1.3. Conjuntura Política

Ao longo das últimas décadas, alguns fatores específicos serviram para impulsionar a migração do nordestino e fizeram desta região uma das maiores fornecedoras de migrantes, como pode ser observado na Tabela 1.1. Dentre os motivos que fizeram o nordestino optar por sair de sua região, na década de 1950, estão, por exemplo, a construção da estrada Belém-Brasília e a própria construção da capital, além da colheita de café em São Paulo e no Paraná. Em meios às grandes dificuldades enfrentadas pela população nordestina, tais oportunidades levaram a um grande volume de migração em especial na Região Nordeste. Oportunidades essas que cessaram logo na década seguinte e talvez por isso, a década de 1960 tenha sido a única em que a migração nordestina não tenha superado as demais regiões. No entanto, o processo de industrialização é o grande impulsionador da migração neste momento. Na análise de ABRAMOVAY et al. (1999, p.15), a redução das secas, o caráter relativamente tardio que teve a expulsão dos trabalhadores rurais para a “ponta de rua” no Nordeste e a redução das oportunidades de trabalho derivadas tanto da erradicação dos cafezais no Sul como do menor crescimento econômico nacional, e da inexistência de grandes obras como as da década anterior, contribuem para explicar este menor nível migratório do Nordeste. A partir de então, como nos anos 50, o migrante rural brasileiro será antes de tudo um nordestino (Tabela1).

Já na década de 1970, outros motivos encabeçam a lista de fatores que impulsionaram a migração nordestina. Ainda segundo ABRAMOVAY et al. (1999, p.15), destaca-se em menor grau a pecuária associada à modernização agrícola, mas principalmente o fim dos engenhos que está diretamente relacionado com a saída desses moradores do campo que, atraídos por novas oportunidades em outras regiões, deixam o Nordeste. Dentre esses

atrativos inter-regionais estão a abertura de postos de trabalho de baixa qualificação relacionados ao milagre econômico.

Para ABRAMOVAY et al. (1999, p.17), a mudança mais significativa na década de 1980 na região Nordeste seria o fato de prevalecer o êxodo rural intra-regional. Não só houve uma queda na emigração regional, este movimento teria sido ainda mais intenso nas pequenas e médias cidades. Ainda de acordo com a Tabela 1, pode-se notar que o maior volume do êxodo rural na década de 1990 é proveniente da região Nordeste.

Tabela 1

Estimativas de Saldos Líquidos Migratórios por Regiões e sua distribuição Proporcional

(Em mil hab e %)

	1950/60		1960/70		1970/80		1980/90		1990/95	
Norte	-297,2	2,7	-362,7	3,2	125,1	-0,9	271,6	2,2	-467,1	8,1
Nordeste	-5.009,9	46,3	-3.083,9	27,0	-4.912,0	34,1	-5.419,5	44,6	-3.154,1	54,6
Sudeste	-3.895,0	36,0	-6.011,4	52,7	-4.512,2	31,3	-3.126,5	25,7	-1.043,1	18,0
Sul	-1.397,5	12,9	-1.624,3	14,2	-4.184,8	29,0	-2.695,0	22,2	-808,4	14,0
Centro-Oeste	-224,5	2,1	-329,9	2,9	-929,1	6,4	-1.175,1	9,7	-308,6	5,3
Brasil	-10.824,1	100,0	-11.412,2	100,0	-14.413,0	100,0	-12.144,5	104,0	-5.781,3	100,0

Fonte: ABRAMOVAY et al. (1999), pág. 7

1.1.2. Características do migrante nordestino.

A migração nordestina composta basicamente do movimento de êxodo rural é conhecida historicamente pela predominância feminina. Desde a década de 1950, com exceção da década de 1960, as mulheres migraram mais do que os homens. Perfil que vem mudando, recentemente, uma vez que essa diferença tem se tornado cada vez menor e a mulher tem adquirido uma postura mais passiva, como será analisado mais adiante. Na maioria dos casos, as mulheres representam esposas e companheiras acompanhando maridos na decisão de migrar. No entanto, segundo ABRAMOVAY et al. (1999, p.20), quando comparada às outras regiões brasileiras, a região Nordeste é a região que possui o menor índice de masculinização na área rural.

Outra característica presente ao longo das últimas décadas a respeito do movimento migratório é a idade do migrante. Na década de 1950, por exemplo, a faixa etária de um migrante era em torno de 30 a 39 anos. Contudo, esse aspecto tem mudado. A população migrante situa-se numa faixa etária cada vez mais baixa e o migrante médio tem um perfil

muito mais jovem do que a algumas décadas atrás. Já na década de 1990, o migrante está predominantemente na faixa etária de 15 a 19 anos.

1.2. A nova face da migração brasileira.

Uma tendência que tem aumentado nos últimos anos é o fenômeno da remigração ao Nordeste. Para isso, serão analisados tanto os motivos que levam a saída dos migrantes dos locais de destino¹ quanto os possíveis atrativos para a volta à região de origem², que neste estudo é o Nordeste. Neste contexto, será imprescindível levar em conta o atual desenvolvimento econômico nordestino e seus programas sociais de maior destaque.

1.2.1. Definição de migração de retorno

Segundo SIQUEIRA et al. (2006), entende-se por migração de retorno um movimento de migrantes que deixam o seu estado de nascimento e depois de residirem por um tempo em outro, retornam para o seu lugar de origem. O que pode ser ocasionado por vários motivos, seja pelo fato de ter planejado o retorno ou, o que é mais freqüente, seja por não ter conseguido alcançar seus objetivos, em geral financeiros, no novo destino.

A migração de retorno pode gerar benefícios e prejuízos para o local de origem, uma vez que o migrante retornado leva consigo o aprendizado e a qualificação do período em que esteve fora, porém também pode estar voltando mais velho e frustrado com as decepções da experiência mal sucedida.

1.2.2. A mudança de perfil da migração brasileira

Esse é um processo que se torna mais intenso a partir da década de 1990. E esse novo rumo da migração afetou principalmente os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Um novo cenário econômico se formou nesses estados, antes tipicamente receptores da população migrante, hoje já não possuem a mesma capacidade de absorção, enquanto estados, como os da Região Nordeste, têm aumentado seu nível de retenção da sua população, também fruto, em grande medida, das mudanças de caráter econômico.

A nova estrutura econômica dos estados como Rio de Janeiro e São Paulo pode ter contribuído tanto para inibir a migração de nordestinos como também favorecer a migração de

¹ Neste trabalho, considera-se local de origem, o local onde o migrante de retorno nasceu. A data fixada pelo Censo de 2000 para informar o local de origem no momento do recenseamento é 31/07/1995.

² Região de destino é definida como o lugar onde o migrante retornado esteve nos últimos cinco anos.

retorno. Como, por exemplo, a descentralização da atividade econômica nesses estados em direção a outros, em particular da indústria (QUEIROZ, 2010).

Tabela 2

Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões de destino, segundo as Grandes Regiões e país estrangeiro de origem - período 1986/1991

Regiões de Origem	Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões de destino					
	Total	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	3.292.146	412.409	482.794	1.461.037	299.458	636.448
Norte	277.298		79.463	73.275	29.182	95.379
Nordeste	1.354.441	216.979		917.482	21.562	198.418
Sudeste	786.815	78.945	334.434		170.418	203.019
Sul	470.641	41.421	16.630	282.118		130.471
Centro-Oeste	336.734	71.177	47.381	154.068	64.108	
País Estrangeiro	66.217	3.886	4.887	34.095	14.188	9.161

Fonte: Censo Demográfico de 2000. Migração e Deslocamento, pág. 48.

Mesmo com o alto nível de emigração dos estados nordestinos, vale notar o significativo movimento de imigração na região, fruto principalmente da migração de retorno. Um fenômeno que cresce em consequência das dificuldades encontradas por esses migrantes em se estabelecerem em regiões tipicamente conhecidas como receptoras dessa população como é o caso do Rio de Janeiro e do estado de São Paulo, além de esses estados já não conseguirem mais absorverem toda essa população. De acordo com SIQUEIRA et al. (2006) essas dificuldades estariam fortemente relacionadas à oferta de emprego e precariedade de condições de trabalho nas regiões de destino.

Os dados sinalizam que a região Sudeste vem diminuindo sua atratividade, pois apesar de continuar atraindo populações migrantes, o aumento de entradas de 1.461.037 para 1.466.641 (Tabelas 2 e 3) é muito pouco significativo, representando apenas 0,4% contra os quase 36% de acréscimo verificado nas entradas da região Nordeste. O fato de ainda existir um grande número de pessoas que vêm para a região Sudeste pode ser em parte explicado pela dificuldade dos estados de origem conseguirem reter a sua população.

Tabela 3

Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões de destino,

segundo as Grandes Regiões e país estrangeiro de origem - período 1995/2000

Regiões De Origem	Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões de destino					
	Total	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	3.506.679	362.840	655.797	1.466.641	378.508	642.892
Norte	292.751		86.836	68.186	22.956	114.773
Nordeste	1.411.421	182.709		969.435	31.029	228.247
Sudeste	946.266	75.467	462.628		214.918	193.274
Sul	349.813	26.939	27.897	205.975		88.952
Centro-Oeste	363.725	70.271	70.012	161.276	61.716	

Fonte: Censo Demográfico de 2000. Migração e Deslocamento, pág. 48.

Os dados mostram que houve um aumento no número da população que deixa o Nordeste comparando os dois períodos em questão: de 1.354.441 para 1.411.421, de acordo com o Censo de 2000. Contudo, esse acréscimo de 4,2% confere-se menor do que o incremento de 35,8% da população que entrou na região Nordeste, sendo que dessas 173.003 novas entradas, 128.194 são do Sudeste brasileiro. Esses 26% de entradas de indivíduos vindos da região Sudeste é resultado, em grande medida, do movimento migratório de retorno.

No entanto, o que se percebe é que a migração de retorno ocorre muito mais ocasionada pelos problemas enfrentados pelos migrantes nos locais de destino do que pela atração de seus estados de origem. Se analisarmos os resultados por estado (Tabela 4), perceberemos que a maioria dos estados nordestinos aumentou a sua entrada e diminuiu o número de saídas, com destaque para o estado da Bahia.

Tabela 4

Entradas, saídas e saldos migratórios, utilizando a informação de lugar de residência há exatamente 5 anos antes da data de referência da pesquisa, segundo as Regiões Sudeste e Nordeste - períodos 1986/1991 e 1995/2000

Estados	Entradas		%	Saídas		%
	1986/1991	1995/2000		1986/1991	1995/2000	
Alagoas	60.881	55.966	-8,07	112.632	127.948	13,60
Bahia	186.614	250.571	34,27	469.091	518.036	10,43
Ceará	121.652	162.925	33,93	245.164	186.710	-23,84
Maranhão	103.448	100.816	-2,54	237.927	274.469	15,36
Paraíba	88.902	102.005	14,74	174.058	163.485	-6,07
Pernambuco	171.678	164.871	-3,96	317.232	280.290	-11,65
Piauí	72.950	88.740	21,64	139.447	140.815	0,98
Rio Grande do Norte	75.570	77.916	3,10	76.444	71.287	-6,75
Sergipe	55.978	52.111	-6,91	42.213	56.928	34,86
Rio de Janeiro	253.401	319.749	26,18	295.071	274.213	-7,07
São Paulo	1.392.791	1.223.811	-12,13	647.993	883.885	36,40

Fonte: Censo Demográfico de 2000. Migração e Deslocamento. Elaboração própria.

Esses números, mais uma vez confirmam a nova tendência de fluxo migratório intenso em entradas na região Nordeste e crescente em saídas em estados historicamente receptores de população como São Paulo. Contudo, o estado do Rio de Janeiro ainda vem aumentando seu número de entradas.

1.2.3. Causas da migração de retorno ao NE.

O Nordeste brasileiro tem se mostrado como uma região cada vez mais dominada pela emigração proveniente principalmente da migração de retorno. Dentre os principais motivos desse movimento destacam-se alguns fatores.

1.2.3.1. Nova estrutura econômica

A partir da década de 1970, regiões urbanas conhecidas por atraírem migrantes, começaram a sofrer um processo de crise econômica. Queda no número de empregos e no nível de renda afetaram os migrantes, gerando dificuldades no mercado de trabalho, problemas de desigualdades sociais e dificultando a estabilização dessa população migrante, além de pressionar o aumento do fluxo migratório de retorno.

A migração de retorno a regiões de origem como o Nordeste ocorre como um processo simultâneo a problemas no mercado de trabalho em locais de destino na região Sudeste, como é o caso de São Paulo. Como observam Cunha & Dedecca (2001 p. 49),

“A perda da capacidade de sustentação do nível e da estabilidade do emprego no mercado de trabalho metropolitano de São Paulo foi acompanhada da redução do movimento migratório para este estado, além de um aumento na migração de retorno (Cunha e Baeninger, 2000) e de uma maior retenção desse fluxo das regiões historicamente “exportadoras” de população como a Região Nordeste, Minas Gerais e Paraná.”

Os migrantes recentes encontram dificuldade em serem inseridos no mercado de trabalho de regiões como São Paulo, até mesmo no segmento doméstico, reconhecido como um grande absorvedor dessa mão-de-obra (Cunha & Dedecca, 2001 p. 57). Essa realidade se verifica tanto no caso dos homens quanto no das mulheres. Além disso, o nível de renda dos migrantes retornados tende a ser menor do que dos migrantes não-naturais³, o que mais uma vez reflete as dificuldades dos mercados de trabalho nas regiões de destino.

No entanto, a região Nordeste também sofreu mudanças de caráter econômico, particularmente devido a investimentos industriais. Para JANNUZZI & OLIVEIRA (2005, p.140), o caráter seletivo dos investimentos nos setores não-tradicionais (química, metalurgia, minerais não-metálicos, papel e celulose) impôs à região uma feição diferente daquela caracteristicamente produtora de bens de consumo não-duráveis (cana-de-açúcar, algodão). Tal seletividade também teve rebatimentos no espaço nordestino devido à tendência de o movimento de industrialização convergir para as áreas que apressassem certos atributos (tamanho populacional, capacidade de articulação com outros centros de hierarquias distintas, etc.). O que também contribuiu não só para migrações internas como também atrair seus emigrantes, aumentando o número de migrantes de retorno. Um exemplo desse desenvolvimento é o complexo petroquímico de Camaçari (BA). Embora a região ainda encontre muitas dificuldades, como é o caso da seca.

1.2.3.2. Transformações demográficas

Mudanças de caráter demográfico em regiões que sempre atraíram fluxos migratórios também se tornam um fator a mais que caracteriza a migração de retorno. Locais como a região Metropolitana de São Paulo foram marcados pela desconcentração produtiva que por sua vez favoreceu, em certa medida, regiões como o Nordeste, já mencionado anteriormente.

³ Não-naturais são aqueles que não são de naturalidade do local de origem do migrante retornado. São migrantes, porém não retornados.

De qualquer forma, o estado de São Paulo ainda representa um grande atrativo de destino para migrantes, percebido como oferecendo melhores perspectivas profissionais, embora o movimento tenha se desacelerado significativamente.

1.2.3.3. Família

Independentemente do cenário econômico, o fator família é muito forte na hora da decisão de retornar ao seu local de origem. Assim, na análise de JANNUZZI & OLIVEIRA (2005, p.141) acompanhar a família constitui um dos principais motivos na hora de desistir de permanecer no local de destino, mas significa, também, uma obrigação, como é o caso de muitas mulheres (esposas) e crianças.

1.2.3.4 Exclusão Social

As regiões de destinos encontram-se inseridas numa realidade cada vez maior de exclusão social. Em outros momentos, conseguir melhores condições de vida em grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo trabalhando no trabalho informal até seria possível. No entanto, o cenário atual, de instabilidade do setor informal, não favorece mais esse tipo de atividade cada vez mais estagnada e com elevada concorrência, dado o aumento da competitividade do mercado de trabalho formal (JANNUZZI & OLIVEIRA, 2005, p.142). Assim, essa dificuldade de inserção no mercado de trabalho nas grandes metrópoles tem engrossado os altos níveis do fluxo migratório de retorno. Segundo (Cunha & Dedecca, 2001 p. 59), na década de 1990 houve:

“uma seletividade perversa do mercado metropolitano de trabalho em relação aos migrantes recentes. (...) Portanto, pode-se afirmar que o mercado metropolitano de trabalho, em especial seu segmento mais bem estruturado, refutou o trabalhador com baixo nível de escolaridade, o qual caracteriza fortemente a população migrante.”

1.2.3.4 Políticas públicas do Governo Federal

De acordo com Baeninger, apud JANNUZZI & OLIVEIRA (2005, p.135), a disponibilidade de serviços públicos e políticas sociais nas áreas mais dinâmicas também constituiriam fatores potencializadores do fenômeno migratório. Ainda, segundo JANNUZZI & OLIVEIRA (2005, p.140), a partir da década de 1970, buscou-se na Região Nordeste ampliar políticas públicas de planejamento urbano e regional a fim de minimizar as desigualdades regionais através do desenvolvimento de cidades médias. Dessa forma, essas cidades passariam a absorver parte dos migrantes que tenderiam a migrar para as grandes

idades do país. Segundo os autores, um exemplo disto seria a construção de grandes conjuntos habitacionais.

1.2.4. Características do migrante de retorno

Podemos analisar o migrante de retorno a partir de algumas características pessoais que encontramos na Tabela 5, mostrada a seguir. Se começarmos analisando o sexo do migrante, constatamos que tanto o migrante de retorno quanto o migrante não retornado são compostos um pouco mais por mulheres do que por homens, embora, como já dissemos, parte dessas migrantes femininas são mulheres casadas que acompanharam seus maridos na decisão de migrar (SIQUEIRA et al. (2006). Como vimos, a escolha de acompanhar a família é um dos fatores que motivam o retorno. O mesmo vale para crianças que provavelmente só estão seguindo os pais no movimento de migração e não exercem decisão sobre tal escolha.

Tabela 5
Atributos Pessoais do Migrante de Retorno e do Migrante

Características Pessoais	Migrante de Retorno (%)	Migrante (%)
Sexo		
Homem	49,97	48,77
Mulher	50,03	51,23
Idade		
Jovem	64,94	45,58
Adulto	28,05	36,54
Velho	7,01	17,88
Estado Civil		
Solteiro	66,43	54,39
Casado	33,57	45,61
Chefe de Família	35,81	44,03
Filhos		
Não Filhos	70,59	62,96
Filhos	29,41	37,04
Filhos Menores de 18 anos	24,87	25,24

Características Pessoais	Migrante de Retorno (%)	Migrante (%)
Educação		
Sem Instrução	12,09	15,59
Primário	41,39	42,71
Intermediário	37,78	34,42
Superior	7,85	6,5
Média de Anos de Estudo	6,6	5,9
Situação no Mercado de Trabalho		
Desempregado	10,49	7,98
Empregado	39,81	47,53
Aposentado	6,72	12,21
Trabalho com Carteira	12,95	20,5
Trabalho sem Carteira	15,81	14,59
Trabalho por Conta-Própria	14,32	15,13
Sector de Ocupação		
Agricultura	7,21	6,82
Indústria	9,44	12,27
Comércio e Serviços	25,53	29,03
Administração Pública	2,24	2,57
Região de Origem		
Desenvolvida	18,99	15,97
Médio Desenvolvida	29,59	31,7
Subdesenvolvida	51,42	52,33

Fonte: SIQUEIRA et al. (2006), pág. 11

Ainda de acordo com os dados da tabela 5, o número de jovens⁴ que realizam migração de retorno é maior do que os de não retorno. Uma explicação para isso é que o mercado de trabalho no destino pode não ser capaz de absorver toda a mão-de-obra disponível. Os idosos tem menor probabilidade de ser um migrante de retorno. Quanto ao estado civil, as proporções são bem parecidas entre os migrantes retornados e os migrantes de não retorno. O mesmo vale para o fato de o migrante ter ou não filhos.

Já em relação ao nível de escolaridade, o estudo de SIQUEIRA et al. (2006) atenta para o fato de que o migrante retornado tem maior grau de instrução do que os não retornados. Nota-se, no entanto, que em ambos os casos, há uma proporção considerável de migrantes nos níveis mais altos de instrução, que se destaca ainda mais no caso dos retornados, sendo

⁴ Considera-se nesse trabalho como jovens, os indivíduos em “idade entre 18 e 35 anos” (Siqueira, Magalhães e Silveira Neto, 2006 p. 16).

37,78% o percentual de migrantes de retorno com nível intermediário. Locais de destino que são em geral mais desenvolvidos desvalorizam a mão-de-obra mais desqualificada, perfil da maioria dos migrantes. Contudo, os que conseguem adquirir um maior grau de instrução têm maior probabilidade de ser um migrante de retorno.

Segundo o Censo de 2000, o número de entradas de migrantes com mais de 11 anos de estudo na região Nordeste superam as mesmas entradas na região Sudeste. Estados como o Rio de Janeiro e São Paulo têm visto diminuir o saldo de saídas e entradas de migrantes com um nível mais elevado de escolaridade, um fenômeno que pode ser, em parte, explicado por um possível esgotamento de empregos mais qualificados nessas regiões.

Enquanto isso, a região Nordeste vem atraindo mais migrantes em todos os níveis de qualificação, exceto os sem instrução. Neste segmento, as saídas superam as entradas, situação diferente apenas no Rio Grande do Norte. O maior grau de escolaridade contribui para que aumentem as chances de o migrante retornado conseguir ser absorvido pelas atividades profissionais do local de origem. No caso das mulheres retornadas, as quais estão, em grande parte, no setor de serviços, principalmente como domésticas, quando encontram oportunidade de aumentar o nível de escolaridade são capazes de atingir melhores posições no mercado de trabalho.

Um melhor grau de instrução pode significar aspectos positivos para o local de origem, pois haverá uma população residente mais qualificada. Esse indicador e um maior nível cultural adquirido no local de destino podem representar ganhos em qualidade de vida para a região de origem, inclusive no que tange à criação de novas oportunidades no âmbito profissional.

Esse quadro de migrantes relativamente jovens e de escolaridade média evidenciam para os desapontamentos desses migrantes com o mercado de trabalho nas regiões de destino. Os migrantes encontram muitas dificuldades em relação a emprego, condições financeiras e até mesmo, condições de moradia (SIQUEIRA et al., 2006, p. 14). Tudo isso, leva esse migrante a retornar a sua cidade de origem, com a esperança de que por ser mais jovem e instruído, o mercado de trabalho do local de origem possa inseri-lo mais facilmente.

Essas características mostram uma composição do migrante de retorno brasileiro diferente do migrante retornado internacional. No Brasil, estes tendem a ser mais jovens e mais qualificados, apontando para o fato de que as frustrações nos locais escolhidos como destino levam ao retorno ao local de origem ao contrário do migrante internacional que geralmente retorna sob condições planejadas. Segundo SIQUEIRA et al. (2006, p. 14).

“No caso brasileiro, existe indicação de que a remigração de pessoas jovens e com média de escolaridade, se deve as frustrações das expectativas de emprego, renda e das condições de moradia no lugar de destino, o que fazem estes indivíduos, se ver obrigados a retornarem para seus lugares de nascimento, onde o conhecimento do local, a rede de amigos e familiares pode representar facilidades na absorção destes no mercado de trabalho”.

Ainda comparando os dois grupos, os migrantes de retorno possuem um menor nível de emprego e uma maior taxa de desemprego, o que corrobora a idéia de que as más condições do mercado de trabalho das regiões de destino, como não possuir carteira assinada ou o indivíduo que trabalha por conta própria, afetam o número de migrantes de retorno. Há também, um nível menor de migrantes aposentados em relação aos migrantes aposentados de não retorno. No entanto, ainda segundo SIQUEIRA et al. (2006, p. 14), mesmo em uma escala pequena no total de migrantes, os aposentados apresentam maior tendência a ser um retornado do que os idosos que não se aposentaram. A análise de JANNUZZI & OLIVEIRA (2005, p.138) indica que a migração por motivos de saúde exhibe um padrão crescente com o aumento da idade, apontando a necessidade de pessoas mais velhas retornarem às cidades de origem, ou se deslocarem em busca de tratamento, de parentes ou até mesmo de asilos em outras localidades.

Vale ressaltar que a maioria dos migrantes de retorno se enquadra no setor de comércio e serviços com aproximadamente 25%, o que reforça a tese já mencionada de que o retornado tentará se valer da sua rede de conhecimento local e familiar.

Além disso, nota-se que um maior nível de desemprego incentiva a migração de retorno, se estiver ocorrendo no local de destino, e desincentiva a mesma caso esteja presente no local de origem. E por fim, as duas classes de migrantes caracterizam-se por originarem-se de regiões subdesenvolvidas, caracterizando uma população que procura melhores condições de vida por meio da migração.

Os migrantes vindos de regiões mais pobres têm maiores chances de ser um migrante de retorno do que os migrantes que vieram de regiões mais prósperas, o que faz do Nordeste um exemplo, pois este teve grande parte do seu fluxo migratório explicado por migração de retorno. Mostrando assim, que muitas vezes o migrante não consegue encontrar nas regiões de destino aquilo que ele esperava.

O perfil desse migrante retornado se caracteriza por uma população adulta com um bom nível de escolaridade diferentemente de outros países que têm uma classe de retornados composta em grande parte por uma população mais velha e com um nível menor de instrução,

o que mostra uma realidade de retornados que programaram sua volta ao local de origem, ao contrário dos jovens brasileiros que viram suas expectativas frustradas nos locais de destino.

Cabe ressaltar que essas expectativas não atendidas estão ligadas à questões como as analisadas por Cunha & Dedecca (2001) referentes, sobretudo, aos impactos negativos, especialmente em relação ao emprego, que algumas típicas regiões de destino vêm sofrendo como é o caso do Rio de Janeiro e São Paulo no Sudeste brasileiro.

Dessa maneira, pode-se concluir que problemas econômicos em reconhecidas áreas de destino como a falta de absorção de mão de obra pelo mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo e jovens mais instruídos em busca de novas perspectivas em seus locais de origem, como o Nordeste que cada vez mais tem conseguido reaver seus emigrantes, montam o cenário dos anos de 1990 da migração de retorno brasileira.

Capítulo 2 – A Migração de Retorno ao Nordeste, os Programas Assistenciais do Governo Federal e a Rotatividade Migratória

O Nordeste brasileiro vem passando desde a última década por um momento de intenso crescimento econômico. Variáveis como o aumento do mercado formal de trabalho, o crescimento nos setores de exportações e turismo, entre outras, ganharam destaque nos últimos anos, impulsionando o crescimento nordestino. No entanto, focamos nossa análise nos programas do Governo Federal que ajudaram a alavancar o crescimento na região Nordeste.

2.1. Caracterização dos programas assistenciais

2.1.1. Bolsa Família

Em 2003, o Governo Federal criou o Programa Bolsa Família (PBF). Anteriormente ao Bolsa Família, existiam vários programas de transferência de renda: Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás que foram unificados, sendo hoje, o Bolsa Família um programa único. Logo, as famílias até então beneficiadas por esses programas passam a receber somente o benefício do programa Bolsa Família.

O Bolsa Família visa beneficiar famílias mais pobres dando a elas recursos que garantam a alimentação. As famílias recebem o benefício através de uma transferência de renda por meio da Caixa Econômica Federal, onde o beneficiário pode sacar a quantia a qual tem direito.

Segundo as informações do site da Caixa Econômica Federal (CEF), para fazer parte do programa, as famílias precisam manter os filhos matriculados na escola e garantir o bom estado de saúde de todos os membros da família, especialmente no caso de gestantes e crianças. Além disso, para ter direito ao Bolsa Família, também é preciso que as famílias se enquadrem em situação de pobreza ou extrema pobreza, ou seja, possuam renda máxima de R\$ 70,00 por pessoa ao mês, ou famílias que tenham renda de R\$ 70,01 a R\$ 140,00 por pessoa ao mês, mas que tenham na família crianças e/ ou adolescentes entre 0 e 15 anos de idade ou gestantes, ou ainda, famílias que recebam de R\$ 0,00 a R\$ 140,00 por pessoa ao mês com adolescentes que tenham idade entre 16 e 17 anos. O programa também atende famílias que cumpram os critérios exigidos pelo programa e estão inscritos nos outros programas federais.

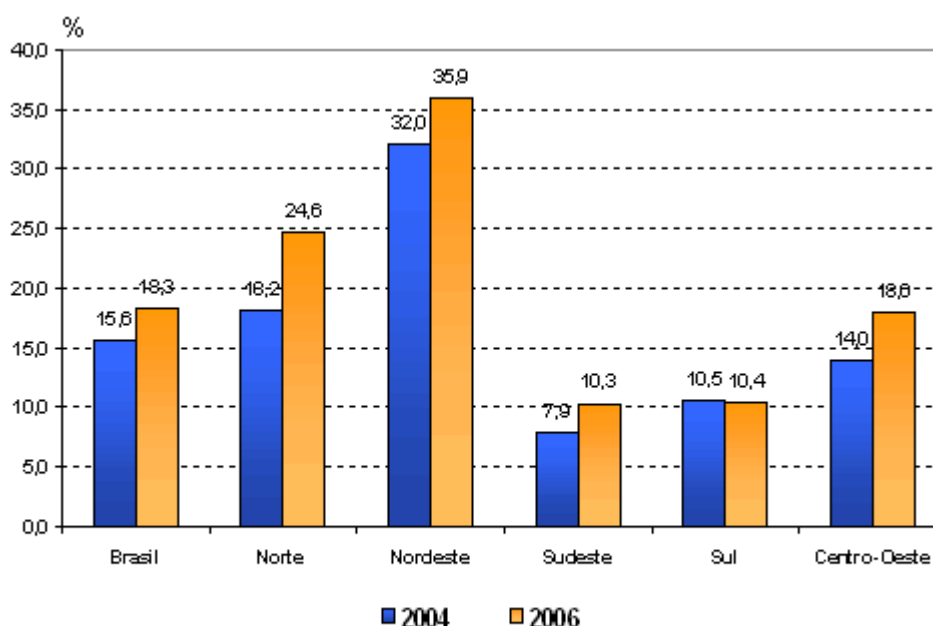
O responsável pela seleção das famílias que receberão o benefício dado pelo programa é o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), mas são os municípios os responsáveis por

aplicar o Bolsa Família. Neste caso, as prefeituras fazem o cadastramento das famílias que querem se inscrever no programa, através do chamado CadÚnico, que é o Cadastro dos Programas Sociais do Governo Federal.

Em todo o país, são mais de 11 milhões de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, cuja finalidade é dar suporte à famílias mais pobres, certificando-se de que elas terão direito à alimentação, além de acessibilidade a serviços públicos como educação e saúde, segurança alimentar e assistência social. E, em menor escala, o programa também foca na emancipação das famílias e no desenvolvimento do local onde essas famílias são atendidas.

Gráfico 1

Percentual de domicílios que receberam dinheiro de programa social do governo no mês de referência no total de domicílios particulares, por Grandes Regiões – 2004 / 2006



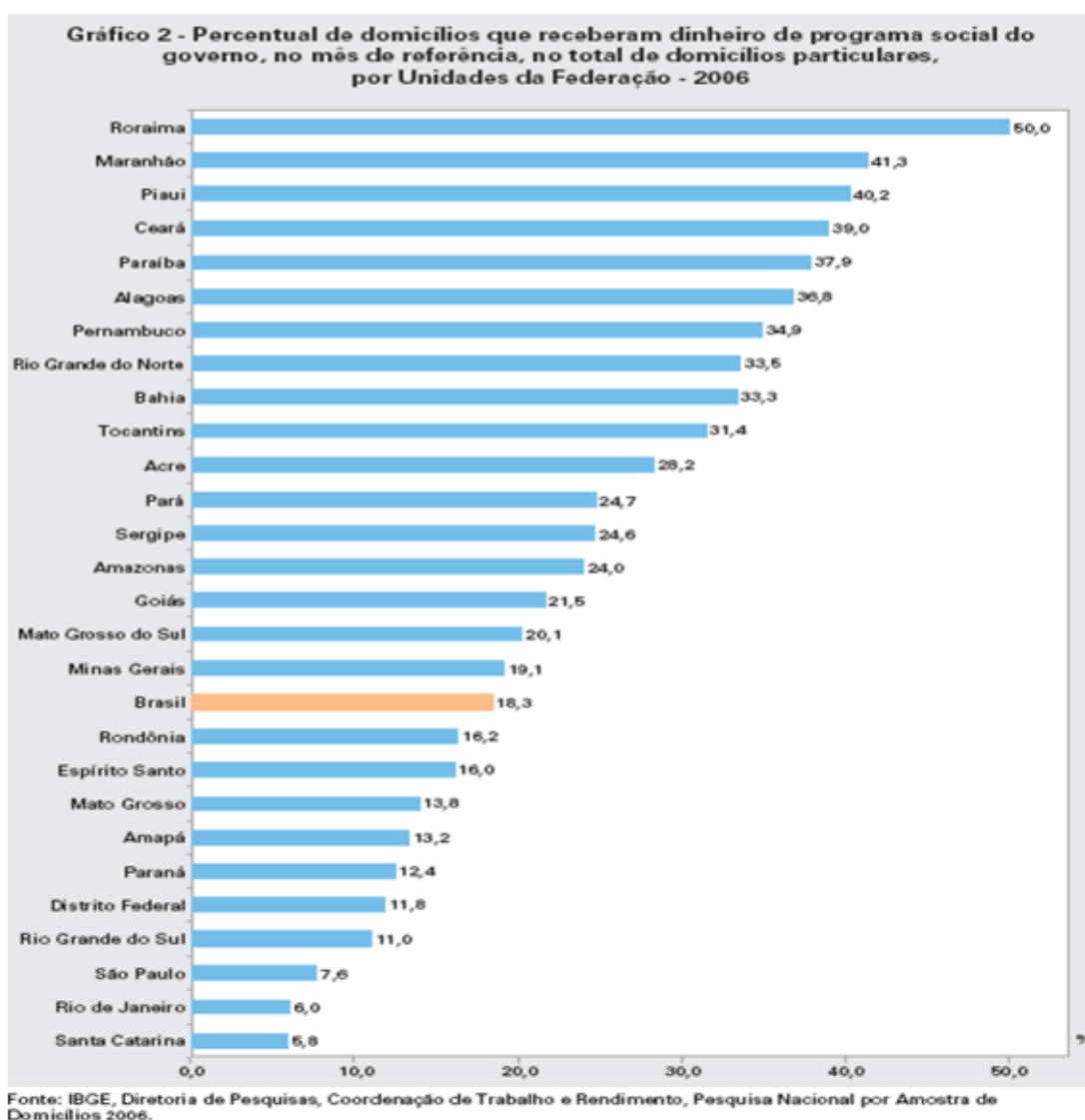
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2006.

O gráfico acima exemplifica o que relata Carvalho (2008 p. 13):

“O Nordeste possui metade das famílias pobres e dos indigentes do Brasil. Por esta razão, metade do contingente inserido no Programa Bolsa Família se encontra nos estados nordestinos. Segundo a PNAD 2006, a região tem o percentual mais elevado (35,9%) de domicílios em que algum morador recebeu dinheiro de programa social de transferência de renda. Uma em cada três famílias nordestinas, de acordo com a pesquisa, recebia o PBF, em 2006. Na pesquisa anterior, referente a 2004,

o Nordeste já liderava o *ranking* de recebimento de benefícios por domicílio, com índice de 32% (IBGE, 2005)”.

Ainda de acordo com o gráfico 1, podemos observar que passou de 15,6% para 18,3% o percentual de domicílios em que um morador recebia o benefício de algum programa social do governo. Perdendo somente para ao Estado de Roraima, o Gráfico 2 mostra que os estados da região Nordeste com exceção apenas do Sergipe, possuem os maiores percentuais de domicílios que recebem dinheiro de algum programa social, com destaque para o Maranhão que detém 41,3% total de domicílios beneficiados.



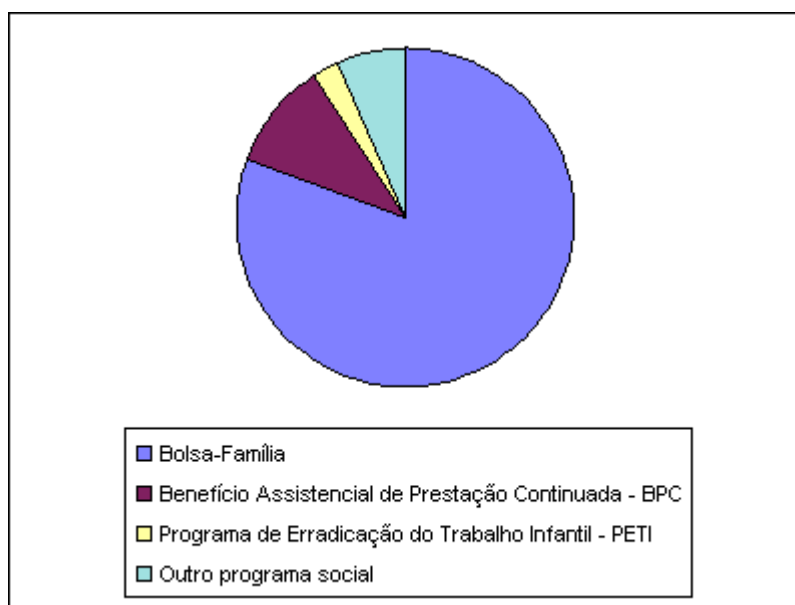
Porém, o Bolsa Família compunha a maior parte desse benefício. De acordo com o IBGE, em 2006, do total estimado de 54,7 milhões de domicílios particulares no país, em cerca de 10 milhões (18,3%) houve recebimento de dinheiro de programas sociais, onde a

maior parte (8,1 milhões de domicílios) recebia rendimento do programa Bolsa Família. O Gráfico 3 revela a magnitude do Bolsa Família na região Nordeste.

A seguir, apresentaremos brevemente outros programas sociais do governo, mostrados no Gráfico 3, de forma a permitir uma comparação com o Bolsa Família.

Gráfico 3

Domicílios particulares e Moradores em domicílios particulares, por tipo de programa social do governo e recebimento de dinheiro de programa social do governo, no mês de referência



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Elaboração Própria (SIDRA)

2.1.2. Benefício Assistencial de Prestação Continuada (BPC)

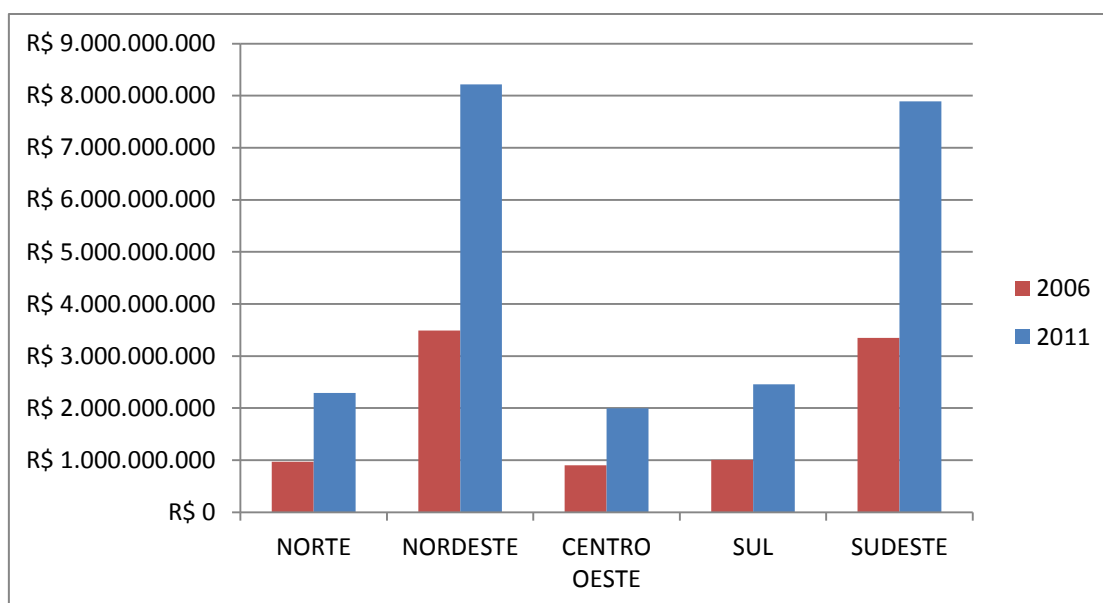
Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, o Benefício de Prestação continuada da Assistência Social - BPC foi estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 7/12/1993; pelas Leis nº 12.435, de 06/07/2011 e nº 12.470, de 31/08/2011, que alteram dispositivos da LOAS e pelos Decretos nº 6.214, de 26 de setembro de 2007 e nº 6.564, de 12 de setembro de 2008.

Ainda de acordo com o MDS, o BPC é um benefício da Política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e não é necessário ter contribuído com a Previdência Social para ter direito ao benefício, pois mesmo sendo requerido junto a uma agência do INSS, como é o caso dos

benefícios previdenciários, o BPC se trata de um benefício concedido pela Assistência Social. Este é um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que não possua nenhum outro benefício previdenciário (qualquer tipo de aposentadoria, auxílio-doença, etc), salvo caso de assistência médica oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e à pessoa com deficiência (PCD), de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, a renda mensal familiar per capita deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo vigente e devem comprovar não terem meios de prover a própria subsistência, nem tê-lo provido por seus familiares.

Gráfico 4

BPC/LOAS - Benefícios emitidos no ano de 2006 / 2011



Fonte: DATAPREV/Sintese. Elaboração Própria

O Gráfico 4 mostra os recursos pagos pelo BPC nos anos de 2006 e o período mais recente de 2011. Nos dois períodos o percentual do benefício destinado às regiões mantém-se praticamente inalterados, todavia o volume gasto mais do que dobrou segundo os dados do DATAPREV. Enquanto em 2006, o valor gasto não passou dos 4 milhões por região, em 2011 essa cifra passou dos 8 milhões na região Nordeste. Em 2006, o total gasto com o BPC foi de R\$ 9.718.787.581 passando para R\$ 22.854.838.824,25, sendo nos dois momentos 35%

o volume destinado a região Nordeste que se tornou assim a maior beneficiada pelo programa seguida da região Sudeste com 34%. Assim como no caso do Bolsa Família, este alto volume de recursos destinados ao Nordeste, pode ser explicado, não só pelo grande contingente populacional já que a região é a segunda mais populosa do país, mas também pelo grande número de beneficiados pelos programas sociais. Apesar de no Sudeste essa proporção de beneficiados ser bem menor, a região é a mais populosa do país.

Conforme as informações do Portal da Previdência, o BPC pode ser pago a mais de um membro da família, no entanto, devem ser comprovadas todas as exigências do programa. Todavia, neste caso, o valor do benefício concedido anteriormente será incluído no cálculo da renda familiar.

O benefício pode deixar de ser concedido ao beneficiário quando houver superação das condições que deram origem a concessão do benefício ou pelo falecimento do beneficiário. O benefício não gera pensão aos dependentes, pois é intransferível. A gestão do BPC é realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), que é responsável pela implementação, coordenação, regulação, financiamento, monitoramento e avaliação do Benefício. A operacionalização é realizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

2.1.3. Previdência Social

Para Carvalho (2008), a Previdência Social pelo número de beneficiários, capilaridade e volume de recursos, constitui mais um fator que exerce uma forte influência na economia regional, principalmente quando se trata dos municípios menores e mais pobres, como é o caso do Semi-Árido. Ainda de acordo com o autor, o número de segurados tem crescido regularmente no Nordeste. Entre o período 1999 e 2007, 1,7 milhão de novos benefícios entraram em vigor, sendo que, destes, 800 mil foram para aposentadorias rurais. Desse modo, especificamente no caso do Nordeste, a Previdência sob todos os aspectos, exerce um papel maior do que o próprio Programa Bolsa Família, pois possui 1,3 milhão de beneficiários a mais que o PBF, e dos 6,8 milhões de beneficiários, 6 milhões recebem um salário mínimo (790 mil recebem entre um e cinco salários e apenas 67 mil recebem o equivalente a cinco ou mais salários).

Tabela 1
Quantidade e valor de aposentadorias urbanas e rurais concedidas, por grupos de espécies, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2007/2009

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Anos	QUANTIDADE DE APOSENTADORIAS CONCEDIDAS			VALOR DE APOSENTADORIAS CONCEDIDAS (R\$ Mil)		
		Urbanas	Rurais	TOTAL	Urbanas	Rurais	TOTAL
	2007	558.734	468.306	1.027.040	468.306	128.399	596.705
BRASIL.....	2008	657.040	583.668	1.240.708	583.668	148.137	731.805
	2009	689.369	646.340	1.335.709	646.340	176.836	823.175
	2007	10.831	8.767	19.598	8.767	10.892	19.660
NORTE.....	2008	12.694	10.748	23.442	10.748	12.769	23.518
	2009	15.630	13.918	29.548	13.918	16.855	30.773
	2007	71.878	51.675	123.553	51.675	61.573	113.248
NORDESTE.....	2008	84.836	64.378	149.214	64.378	71.646	136.023
	2009	88.111	71.701	159.812	71.701	86.117	157.818
	2007	332.335	70.554	402.889	287.607	26.771	314.378
SUDESTE.....	2008	388.355	72.020	460.375	357.630	30.014	387.644
	2009	409.002	75.335	484.337	397.849	35.212	433.061
	2007	119.122	53.176	172.298	99.722	19.965	119.687
SUL.....	2008	142.456	56.046	198.502	125.790	23.120	148.910
	2009	144.922	52.577	197.499	133.364	24.401	157.765
	2007	24.568	24.546	49.114	20.536	9.197	29.733
CENTRO-OESTE.....	2008	28.699	25.662	54.361	25.121	10.589	35.710
	2009	31.704	30.736	62.440	29.508	14.250	43.757

FONTES: DATAPREV, SUB, SINTESE. Elaboração Própria

De acordo com dados mais recentes como os da Tabela 1, notamos que o número de beneficiários continua aumentando. No intervalo de apenas dois anos, houve um incremento de quase 300 milhões de novos benefícios. Quando analisamos a tabela acima, vemos que em termos absolutos a quantidade e valores gerados pela previdência na região Sudeste seguida de região Sul superam todas as outras regiões. No entanto, os dados corroboram a tese de Carvalho (2008) de que nenhum outro programa social alcança no Nordeste o número de beneficiários e os valores que a Previdência Social atinge.

2.1.4. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) é um programa do Governo Federal que visa retirar crianças e adolescentes de até 16 anos de idade do trabalho infantil, salvo o caso de adolescentes a partir de 14 anos que se encontram na condição de aprendiz.

O Peti compõe o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e tem três estruturas básicas segundo informações do MDS, que são a transferência direta de renda a famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para essas crianças ou adolescentes até 16 anos e acompanhamento familiar através do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).

No entanto, essas famílias vinculadas ao Peti têm compromissos que devem ser cumpridos e são acompanhados. Elas devem retirar todas as crianças e adolescentes de até 16 anos de atividades de trabalho e exploração e devem retirar ainda todas as crianças ou adolescentes até 18 anos das atividades que estão previstas na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil como informa o MDS.

No âmbito da educação, essas famílias precisam manter as crianças ou adolescentes de 6 a 15 anos de idade matriculadas na escola e com frequência escolar mínima de 85%. Já no caso de adolescentes de 16 e 17 anos de idade, deve-se ter a matrícula e a frequência escolar mínima devem ser de 75%.

No que diz respeito à saúde, o MDS informa que as gestantes e lactantes devem comparecer as consultas de pré-natal e a participar das atividades educativas relacionadas ao aleitamento materno e cuidados gerais com a alimentação e saúde da criança. Também é preciso que se cumpra o calendário de vacinação e que haja o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil no caso de crianças menores de 7 anos.

Há também um plano na área da assistência social, onde é exigido que as crianças e adolescentes de até 15 anos que se encontram em risco ou retiradas do trabalho infantil atinjam a frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Proteção Social Básica.

Hoje o Peti foi integrado ao Programa do Bolsa Família. Ao ingressar no Peti, a família tem acesso à transferência de renda do Bolsa Família, quando atender aos critérios de elegibilidade. Notou-se que a articulação dos dois programas fortalece o apoio às famílias, uma vez que pobreza e trabalho infantil estão geralmente relacionados nas regiões de maior vulnerabilidade.

A PNAD 2006 mostrou que a frequência escolar de crianças e adolescentes de até 15 anos de idade melhorou. Este dado pode estar diretamente ligado ao fato de essa ser uma das exigências do Peti e do Bolsa Família para que se garanta o recebimento dos benefícios. Em 2006, nos domicílios em que houve recebimento de programa, a taxa de frequência à escola ou creche de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade chegou a 97,2%, quase a mesma

taxa daqueles que não tiveram o benefício (97,9%). Com destaque para o Nordeste onde, nos domicílios em que houve atendimento de programa, essa taxa chegou a 97,3%, superando ligeiramente a taxa dos domicílios em que não houve recebimento de nenhum benefício que foi 96,3%.

2.1.5. Programa de Aquisição de Alimentos

Assim como o Bolsa Família, em 2003 foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no intuito de estruturar políticas de combate à fome e à pobreza. Pode-se dizer que o PAA facilitou a compra dos produtos da agricultura familiar a fim de que fosse possível atender os programas públicos. O objetivo do PAA é incentivar e fortalecer a agricultura familiar no país, abrangendo uma série de medidas relacionadas à aquisição e distribuição dessa produção alimentícia. Ou seja, o programa visa a compra de produção agropecuária proveniente da agricultura familiar, onde não é necessária licitação, uma vez que os produtos não devam ter preços além dos preços de mercado local e/ ou regional (Mattei 2007).

No caso do Programa, segundo Mattei (2007), a ideia é que esses produtores agrícolas tenham garantia de renda e também que pessoas em situação de pouco acesso às condições de segurança alimentar tenham oportunidade de acesso à alimentação de qualidade. É possível, dessa forma, melhorar com o programa tanto a vida de consumidores, ameaçados pela insegurança alimentar e nutricional, quanto a de agricultores familiares.

O PAA atinge diversos segmentos sociais como alimentação escolar nos municípios e também investe de certa forma no crescimento da agricultura familiar, pois gera emprego e renda no setor rural. Assim, o PAA, é um meio de gerar desenvolvimento local. É do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza que vêm os recursos orçamentários para o programa. Conforme informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), só em 2011, foi colocado à disposição das organizações da agricultura familiar, mais de R\$ 34 milhões.

O programa é composto de várias modalidades que são a Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF); Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF); Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) e Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF).

Como descreve Mattei (2007), a regulamentação do PAA determina um valor máximo de acesso por agricultor, como estipula também os objetivos das diferentes modalidades do programa, sendo alcançados os principais objetivos do PAA que são a garantia de compra da produção dos agricultores familiares beneficiados pelo Programa Nacional de Fortalecimento

da Agricultura Familiar (PRONAF), garantia de renda ao agricultor familiar; a antecipação de recursos para o plantio da safra agrícola, além do incentivo às economias locais, através do atendimento das demandas de produtos alimentares dos programas sociais locais: Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos, e para famílias em situação de vulnerabilidade social. Esses alimentos contribuem também para a formação de cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos.

Conforme resumido por Mattei (2007), cada uma das modalidades pode ser descrita da seguinte forma:

a) Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF): esta modalidade prevê a antecipação de recursos para o plantio da safra, sendo destinada exclusivamente aos agricultores familiares que estejam organizados em grupos formais ou informais e que não são atendidos pelo crédito de custeio do PRONAF. A compra se dá no momento do plantio e a entrega do produto pelo agricultor é realizada após a colheita da safra em questão;

b) Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF): esta forma de compra tem o objetivo tanto formar uma reserva de alimentos como de garantir renda ao agricultor familiar, colocando-o no mercado de forma mais sustentável, através da compra direta de sua produção por parte do Estado a preços de referência, ou seja, preços que estão entre o preço mínimo e o preço de mercado até o limite de R\$ 8 mil por agricultor familiar/ano

c) Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF): opera no âmbito local e estadual adquirindo produtos de origem agrícola, pecuária e extrativa provenientes da agricultura familiar a fim de formar estoques e para fazer doação às populações em situação de risco alimentar que são atendidas por programas sociais;

d) Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF): esta modalidade é operada no âmbito nacional por meio de mecanismos do Ministério do Desenvolvimento Social, através de convênios com Governos Estaduais ou Administrações Municipais, buscando estimular a articulação entre a produção da agricultura familiar e o atendimento direto às demandas de suplementação alimentar e nutricional dos programas sociais, bem como de instituições locais que atuam no combate à fome. Segundo informações do MDS, os produtos que se destacam nessa modalidade são o arroz, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo.

e) Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (IPCL) ou PAA-Leite: Este modelo está voltado para garantir o consumo de leite a crianças de 06 meses a 06 anos de idade, com ou sem benefícios de outros programas, gestantes confirmadas por exames em postos de saúde, nutrízes até o sexto mês depois do parto e idosos a partir de 60 anos de idade, buscando

reduzir a vulnerabilidade social desse grupo através do combate à fome e à desnutrição, ao passo que visa também contribuir para o fortalecimento do setor produtivo, através da aquisição do leite da agricultura familiar, com garantia de preço. O PAA-leite ainda beneficia os agricultores familiares, cuja produção diária é de até 100 litros de leite, especialmente os que possuam uma produção média de até 50 litros por dia. Além desses, o programa atende também usinas de leite que comprem leite de produtores familiares com baixa produção diária. No entanto, tais usinas devem estar com o seu cadastro de fornecedores atualizado, encontrar-se com as obrigações fiscais e trabalhistas em dia, e ainda, possuir registro no serviço de inspeção estadual ou federal. O PAA-Leite é restrito às áreas de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ou seja, os estados da região Nordeste e norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Segundo Mattei (2007 p.8):

“Especificamente em relação à modalidade IPCL, deve-se considerar que o país possui atualmente 1,2 milhões de produtores de leite, sendo que aproximadamente 70% deles são agricultores familiares que produzem até 50 litros por dia. No entanto, parte considerável desses produtores está sendo alijada do setor por não atender as exigências crescentes de escala e tecnologia sanitária, imposta pelas grandes agroindústrias do setor lácteo. Já a demanda por leite fluido, essencial à saúde das crianças, vem se mantendo em 56 litros per capita ano desde 1990”.

Essa distribuição de leite para os menos favorecidos aumenta a possibilidade de que haja um crescimento anual do consumo de leite. Dessa maneira, a aquisição do leite das famílias produtoras por um preço justo faz com que seja viável uma melhora na vida alimentar e nutricional de segmentos mais carentes e que se situam na faixa de insegurança alimentar, além do fato do PAA-Leite também significar aquisição de renda para esses grupos familiares.

O PAA-Leite é implementado a partir de convênios entre Governo Federal e estados atendidos pelo programa. Fica a cargo dos estados formalizarem a proposta de implantação, adequação ou expansão da distribuição do leite para as famílias, estando submetidos, porém, aos critérios da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), responsável por disponibilizar subsídios e suporte técnico para a parte operacional do PAA-Leite e da aprovação prévia e controle dos Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional.

2.2. Impactos dos programas assistenciais no nível de migração de retorno

É notório o grande impacto que os Programas Assistenciais tiveram no crescimento do Nordeste nos últimos anos. Para Carvalho (2008), nenhum setor econômico nordestino

(industrial, agrícola ou serviços) é capaz de gerar um volume de renda tão alto, nem se aproximar da renda gerada pelos programas federais ao longo do ano.

Como já vimos, a migração de retorno foi identificada pelo Censo de 2000 e desde então vem mostrando algumas oscilações. No entanto, como é apontado por Carvalho (2008), ao longo dos últimos anos as melhorias na rede de seguridade social formada pela Previdência Social, pelo Programa do Bolsa Família e outros programas, como os já mencionados nesse estudo, têm contribuído para a motivação da remigração para o Nordeste. Hoje, esses benefícios atingem mais de dois terços de um total de 14,5 milhões de famílias nordestinas, onde sete milhões dessas famílias são alcançadas pela Previdência e 5,6 milhões recebem o Bolsa Família. Isso permite vislumbrar o impacto dos programas de transferências de renda direta no Nordeste do país. Só o Programa do Bolsa Família é responsável por um volume anual de R\$ 1,2 bilhões na renda dos estados de Alogoa e Pernambuco que são os dois maiores estados produtores de cana de açúcar do Nordeste. A produção desses dois estados somam somente R\$ 144 milhões, e nenhum outro setor da economia nordestina consegue sequer aproximar-se dessa renda gerada pelos programas do Governo Federal (CARVALHO 2008).

No entanto, em seu trabalho, QUEIROZ (2010) relata uma análise de Silveira Neto (2008), que segundo seu estudo, o impacto causado por transferências de renda sobre a migração interna inter-regional brasileira seria irrelevante. Sua pesquisa com base na PNAD de 2004 mostrou evidências de que as transferências de renda direta, como o Programa Bolsa Família, atuam reduzindo a saída de migrantes de localidades pobres para as ricas, como no caso dos migrantes nordestinos que se dirigem para a região Sudeste. Porém, no que tange a migração de retorno, os resultados do estudo de Silveira Neto (2008) sugerem que não haja nenhuma relação entre as transferências de renda e migração de retorno.

2.3. Rotatividade Migratória

Um estudo recente do IBGE mostra como mudaram algumas tendências de expulsão e atração da população nos estados brasileiros através da análise dos dados do Censo Demográfico de 2000 e das PNADs de 2004 e 2009.

Inicialmente, analisando o Censo de 2000, OLIVEIRA et al. (2011) constatam que a região Nordeste apresentou uma perda populacional superior às outras regiões, onde a troca com a região Sudeste foi a maior responsável por este número, mantendo a sua característica de tendência à expulsão populacional. Segundo os dados do estudo, é possível observar ainda

que graças a esse volume vindo do Nordeste, a região Sudeste se configurou com o maior saldo absoluto de migrantes conforme as tabelas abaixo:

Tabela 2
Imigrantes, por Grandes Regiões de residência em 31.07.2000, segundo as Grandes Regiões de residência em 31.07.1995

Grandes Regiões	Imigrantes, por Grandes Regiões de residência em 31.07.2000				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Norte	-	86 836	68 186	22 956	114 773
Nordeste	182 709	-	969 435	31 029	228 247
Sudeste	75 467	462 628	-	214 918	193 274
Sul	26 989	27 897	205 975	-	88 952
Centro-Oeste	70 271	70 012	161 276	61 716	-

Fonte: O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos, pág 30.

Ou seja, os dados do Censo de 2000 revelaram que os fluxos migratórios entre as regiões Nordeste e Sudeste se mantiveram. No entanto, destaca-se nesse período a migração de retorno em direção ao Nordeste do Brasil, com o maior contingente de retornados oriundos dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo como já visto anteriormente neste trabalho.

OLIVEIRA et al. (2011), porém, nos permite olhar esses dados pelo âmbito do Índice de Eficácia Migratória calculado pelo próprio IBGE. Este índice faz uma relação entre o saldo da migração e o volume total de migrantes. De uma forma mais simples, esse índice varia de -1 a +1, onde um número positivo indica uma região que atrai população e Estado com um valor negativo afasta. E um Estado com um valor próximo a zero é definido como uma região de rotatividade migratória, ou seja, com o número equilibrado de entrada e saída de pessoas. No entanto, alguns autores propõem algumas subdivisões dentro deste índice para uma análise mais específica, como na classificação proposta abaixo:

Quadro 1
Classificação do Índice de Eficácia Migratória – IEM

Classes do IEM	Classificação da potencialidade de absorção migratória
-0,51 a -1,00	Área de forte evasão migratória
-0,30 a 0,50	Área de média evasão migratória
-0,10 a -0,29	Área de baixa evasão migratória
0,09 a -0,09	Área de rotatividade migratória
0,10 a 0,29	Área de baixa absorção migratória
0,30 a 0,50	Área de média absorção migratória
0,51 a 1,00	Área de forte absorção migratória

Fonte: O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos, pág 31.

Tabela 3
Imigrantes, emigrantes, saldo líquido migratório, Índice de Eficácia Migratória e imigrantes de retorno, segundo as Regiões Sudeste e Nordeste – 2000

Unidades da Federação	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Líquido Migratório	Índice de Eficácia Migratória	Imigrantes de Retorno	
					TOTAL	Participação relativa no total de imigrantes (%)
Maranhão	100 816	274 469	(-) 173 653	(-) 0,46	44 171	43,81
Piauí	88 740	140 815	(-) 52 075	(-) 0,23	41 397	46,65
Ceará	162 925	186 710	(-) 23 785	(-) 0,07	79 946	49,07
Rio Grande do Norte	77 916	71 287	6 630	0,04	28 189	36,18
Paraíba	102 005	163 485	(-) 61 480	(-) 0,23	50 902	49,90
Pernambuco	164 871	280 290	(-) 115 419	(-) 0,26	75 753	45,95
Alagoas	55 966	127 948	(-) 71 983	(-) 0,39	23 912	42,73
Sergipe	52 111	56 928	(-) 4 817	(-) 0,04	13 851	26,58
Bahia	250 571	518 036	(-) 267 465	(-) 0,35	110 356	44,04
Minas Gerais	447 782	408 658	39 124	0,05	166 526	37,19
Espírito Santo	129 169	95 168	34 001	0,15	22 395	17,34
Rio de Janeiro	319 749	274 213	45 536	0,08	53 807	16,83
São Paulo	1 223 811	883 885	339 926	0,16	131 851	10,77

Fonte: O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. Elaboração Própria.

Observando os dados da Tabela 2 é possível confirmar que os estados da região Nordeste repelem a população mais do que atraem. Pois o saldo migratório é negativo em todos os estados com exceção do Rio grande do Norte

Já em relação aos estados da região Sudeste, podemos constatar que o Estado do Rio de Janeiro se caracterizou como uma região de rotatividade migratória, sinalizando uma harmonia entre o número de entradas e saídas de migrantes. Estado que antes era conhecido pelo seu alto poder de absorção de pessoas. Pela classificação dos OLIVEIRA et al. (2011), São Paulo entraria no subgrupo de baixa absorção migratória, ou seja, continua atraindo população, mas não mais nas dimensões de antes. Essa tendência se manteve na década de 2000 como se pode observar nos dados das PNADs de 2004 e 2009 (TABELA 3). Mas assim como no passado, ainda existe um grande volume de trocas entre as Regiões Sudeste e Nordeste. Houve ainda nessa primeira década do Século XXI uma migração de retorno às regiões de origem como também mostrou o Censo de 2000.

Quando analisamos os dados de 2004 e 2009 em relação aos dados de 2000, é possível notar a perda da capacidade da região Sudeste de atrair pessoas. Perda que aumentou ainda mais se compararmos apenas os anos de 2004 e 2009, onde o saldo migratório foi negativo. Na análise dos OLIVEIRA et al. (2011):

“Mesmo que não se admita vislumbrar o Sudeste como uma região perdedora de população, podemos ter a certeza de que a capacidade de atração dessa região reduziu-se bastante, enquanto o Nordeste continua perdendo população, porém em uma escala bem menor do que no passado.”

Tabela 4
Imigrantes, emigrantes, saldo líquido migratório e Índice de Eficácia Migratória, segundo as as Regiões Sudeste e Nordeste - 2004/2009

Unidades da Federação	2004				2009			
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Líquido Migratório	Índice de Eficácia Migratória	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Líquido Migratório	Índice de Eficácia Migratória
Maranhão	180 924	258 016	(-) 77 092	(-) 0,18	125 387	154 859	(-) 29 472	(-) 0,11
Piauí	119 646	113 952	5 694	0,02	74 798	104 822	(-) 30 024	(-) 0,17
Ceará	141 680	120 574	21 106	0,08	93 740	98 073	(-) 4 333	(-) 0,02
Rio G. Norte	73 494	37 284	36 210	0,33	60 182	37 047	23 135	0,24
Paraíba	138 328	95 857	42 471	0,18	74 291	70 917	3 374	0,02
Pernambuco	179 932	204 868	(-) 24 936	(-) 0,06	100 769	107 334	(-) 6 565	(-) 0,03
Alagoas	81 318	85 668	(-) 4 350	(-) 0,03	43 936	80 757	(-) 36 821	(-) 0,30
Sergipe	45 843	43 258	2 585	0,03	37 736	36 573	1 163	0,02
Bahia	290 343	378 618	(-) 88 275	(-) 0,13	203 885	312 211	(-) 108 326	(-) 0,21
Minas Gerais	429 438	398 460	30 978	0,04	288 373	276 196	12 177	0,02
Espírito Santo	107 132	108 669	(-) 1 537	(-) 0,01	107 421	54 674	52 747	0,33
Rio de Janeiro	166 036	255 653	(-) 89 617	(-) 0,21	141 459	165 522	(-) 24 063	(-) 0,08
São Paulo	823 557	978 689	(-) 155 132	(-) 0,09	535 376	588 652	(-) 53 276	(-) 0,05

Fonte: O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. Elaboração Própria.

A tabela acima compara o Índice de Eficácia Migratória entre as PNAD's de 2004 e 2009. É possível notar que se mantém uma tendência de rotatividade migratória nos estados analisados. Um dado relativamente novo, em se tratando de estados historicamente classificados como detentores ou que expõem população.

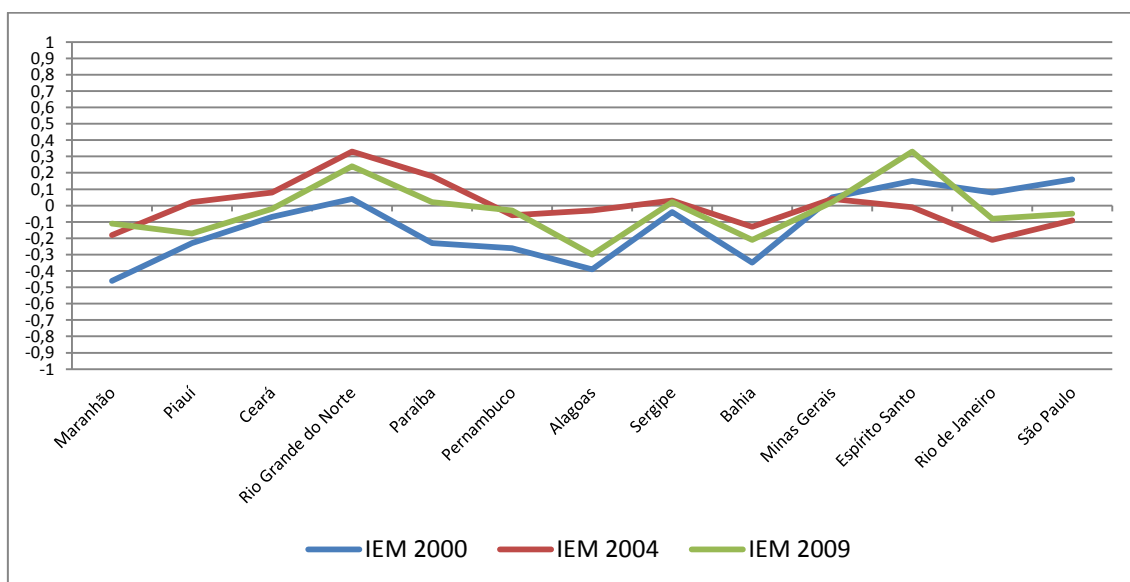
Como evidenciam OLIVEIRA et al. (2011) no estudo:

“Na década de 2000, de acordo com os dados da PNAD, os Estados do Piauí, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba experimentaram um arrefecimento em sua capacidade de absorver população. Áreas antes consideradas de rotatividade migratória, como os Estados do Piauí e Alagoas se tornaram áreas de baixa e média evasão migratória, respectivamente; e os Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba reduziram sua capacidade de absorver população. Bahia e Maranhão continuaram como regiões expulsoras de população, embora com índice classificado como de baixa evasão migratória, enquanto os Estados do Sergipe, Pernambuco e Ceará foram classificados como áreas de rotatividade migratória. Os estados da Região Sudeste caracterizam-se por serem regiões de rotatividade migratória, sendo que o Espírito Santo passou a atrair população, classificando-se como uma área de média absorção migratória e o Rio de Janeiro, antes de baixa evasão, tornou-se área de rotatividade migratória, embora tendo

apresentado saldo negativo. Como observação de caráter geral, destaca-se uma tendência de diminuição do volume dos fluxos migratórios em todas as Unidades da Federação.”

Gráfico 5

Índice de Eficácia Migratória, segundo as Regiões Sudeste e Nordeste - 2000/2009



Fonte: O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. Elaboração Própria.

Como o nosso estudo foca a migração nos Estados das regiões Nordeste e Sudeste, fizemos uma relação no gráfico acima dos Índices de Eficácia Migratória dos três períodos analisados considerando apenas dos Estados dessas duas regiões. E o que se pode observar é uma tendência similar desse índice tanto pelo Censo de 2000 como pelos dados das PNAD's de 2004 e 2009. Como já mostrou o estudo de OLIVEIRA et al. (2011), é possível notar que no geral, há um crescimento e uma tendência dos Estados de se encontrarem na situação de rotatividade migratória.

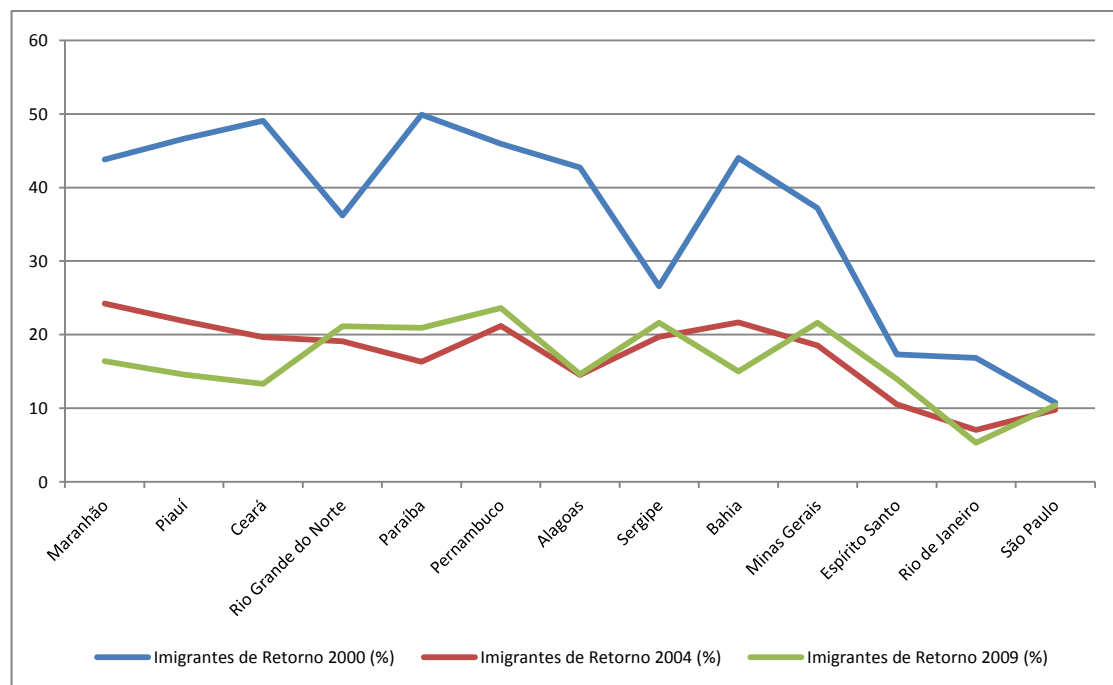
Tabela 5
Participação relativa dos imigrantes de retorno no total de imigrantes,
segundo as Regiões Sudeste e Nordeste - 2004/2009

Unidades da Federação	Participação relativa dos imigrantes de retorno no total de imigrantes (%)	
	2004	2009
Maranhão	24,23	16,43
Piauí	21,83	14,60
Ceará	19,66	13,34
Rio G. do Norte	19,11	21,14
Paraíba	16,34	20,95
Pernambuco	21,21	23,61
Alagoas	14,53	14,64
Sergipe	19,71	21,62
Bahia	21,65	15,01
Minas Gerais	18,55	21,62
Espírito Santo	10,52	13,97
Rio de Janeiro	7,04	5,34
São Paulo	9,82	10,40

Fonte: O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. Elaboração Própria.

Desse modo, o que identificamos nesses dados, baseados no Índice de Eficácia Migratória, é que a migração interna se manteve na mesma direção que apontou o Censo de 2000. Porém em menor volume, como sinalizou OLIVEIRA et al. (2011), além de uma tendência dos Estados a se encontrarem na faixa de rotatividade migratória segundo o índice. Sendo assim, uma análise voltada para o quanto os estados brasileiros são ou não atraentes para a população já não se configura tão importante, visto essa propensão atual de equilíbrio entre entradas e saídas dentro dos Estados. E como é o foco desse estudo, foi possível analisar que mesmo depois dos anos 2000, a migração de retorno se manteve, sendo ainda uma opção do migrante brasileiro.

Gráfico 2
Participação relativa dos imigrantes de retorno no total de imigrantes, segundo as Regiões Sudeste e Nordeste - 2000/2009



Fonte: O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. Elaboração Própria.

De acordo com Baeninger, apud OLIVEIRA et al. (2011) “é preciso que sejam incorporadas dimensões – dentre outras, a reversibilidade da migração e sua temporalidade – capazes de captar os novos espaços da migração, quer sejam como áreas de retenção de população, de perda migratória ou ainda, e talvez a maior novidade do Século XXI, de rotatividade migratória para a maioria dos estados brasileiros”

Capítulo 3 – Conclusão

O objetivo deste trabalho foi estudar os impactos dos programas assistenciais do Governo Federal no fenômeno da migração de retorno ao Nordeste brasileiro com base em dados do Censo 2000 e PNADs 2004/ 2006/ 2009. Como analisa QUEIROZ (2010), o aumento da desigualdade regional no país levou algumas regiões a avançarem mais do que outras, o que tornou os fluxos migratórios parte importante deste movimento inter-regional. O deslocamento populacional passou a se estruturar de acordo com melhores condições de emprego e renda nas regiões de destino.

Foi nesse novo cenário que se destacou o avanço da migração de retorno, uma vez que regiões até então historicamente conhecidas por repelirem população passaram a ser atrativas e vice-versa. Fato este diretamente ligado à estrutura econômica como crises em regiões mais desenvolvidas e políticas públicas voltadas para áreas mais pobres.

O Capítulo 1 buscou mostrar não só uma contextualização histórica da migração nordestina como também caracterizar esse novo migrante nordestino chamado retornado. Sendo assim, a migração de retorno destacou-se como a principal mudança nos padrões da migração brasileira revelada no Censo 2000. Vimos que como a região Sudeste passou a expulsar mais população do que atrair, enquanto a região Nordeste começou a atrair novamente migrantes para a sua região. Neste contexto, analisamos os principais motivos que podem ter gerado esse processo com destaque para os programas de transferência de renda do Governo Federal.

O Capítulo 2 apresentou os principais programas do Governo Federal, programas estes que ajudaram o avanço da Região Nordeste. Dentre os principais programas, destaca-se o Bolsa Família que tem metade dos seus beneficiados oriundos do Nordeste (Carvalho, 2008). No entanto, não só o Bolsa Família, mas todos os programas assistenciais impactam principalmente a Região Nordeste quando comparados às outras regiões brasileiras. Carvalho (2008) mostrou que os programas do Governo Federal geram um nível de renda na região Nordeste que nenhum setor da economia é capaz de gerar.

Porém, quando analisamos se haveria um impacto direto na migração de retorno ao Nordeste proveniente dos programas assistenciais, vemos que essa relação direta não se confirma. Como mencionamos neste trabalho, QUEIROZ (2010) apud Silveira Neto (2008) conclui com base na PNAD de 2004 que os programas de transferência de renda direta, como o Bolsa Família, reduzem a saída de migrantes de locais mais pobres para os mais ricos, como se configura a migração do nordestino em direção à região Sudeste. No entanto, não haveria uma relação direta entre a transferência de renda e a migração de retorno.

Ainda no Capítulo 2 chamamos a atenção, a partir de dados não só do Censo de 2000, mas também das PNAD's 2004 e 2009, para um fenômeno mais recente no cenário da migração brasileira chamado de rotatividade migratória. O índice de rotatividade migratória mede o saldo da migração e do volume total de migrantes. Uma região encontra-se em situação de rotatividade migratória quando possui um valor próximo de zero, ou seja, há um equilíbrio entre entradas e saídas de população.

No geral, este índice mostrou que o Nordeste continua repelindo mais do que atraindo pessoas salvo o Estado do Rio Grande do Norte que apresentou um índice positivo, no entanto num volume bem menor. E a grande novidade foi o fato de a região Sudeste encontrar-se em situação de rotatividade migratória. Uma região historicamente conhecida como fixadora de população agora já não tem tanto poder de atração. E quando analisamos os dados mais recentes das PNAD's 2004/2009 foi possível notar uma tendência tanto da região Nordeste quanto da região Sudeste à rotatividade migratória. Ou seja, como vimos no início do estudo, estados fortemente conhecidos por sua capacidade de atração ou expulsão de pessoas, apresentam uma nova tendência ao equilíbrio.

Notamos ainda que a migração de retorno, um movimento que foi fortemente evidenciado pelo Censo 2000, mesmo ainda sendo uma opção do migrante, perde força nos anos recentes dando lugar a um novo movimento de equilíbrio entre entradas e saídas de pessoas nos estados brasileiros.

Assim, os resultados deste estudo confirmam a importância da migração de retorno para a região Nordeste, mas não confirmam uma relação direta entre a remigração para esta região e os programas de transferência direta de renda do Governo Federal. Além disso, revelam a constante mudança dos fluxos migratórios pelos quais o país vem passando, uma vez que, como mostrou OLIVEIRA et al. (2011), a situação de rotatividade migratória pelos estados mostrou-se no cenário atual a mais nova tendência dos movimentos migratórios brasileiros.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo e CAMARANO, Ana Amélia. Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos. *Texto para Discussão Nº 621*. IPEA, Rio de Janeiro, RJ, BRASIL, 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0621.pdf> Acesso em: 17 fev 2012.

CARVALHO, C. P. O. Nordeste: sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008). In: XXXVI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. Bahia, 2008. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211223330-.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2012.

CEF – Caixa Econômica Federal. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/Voce/Social/Transferencia/bolsa_familia/index.asp>. Acesso em: 17 fev. 2012.

CEF – Caixa Econômica Federal. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/Voce/Social/Transferencia/bolsa_familia/saiba_mais.asp>. Acesso em: 17 fev. 2012.

CUNHA, José Marcos Pinto e DEDECCA, Cláudio Salvadori. Migração, Trabalho e Renda nos Anos 90: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. *XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, vol. 1, Ouro Preto, MG, BRASIL, 2001. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol21_n1_2004/vol21_n1_2004_5artigo_p49a66.pdf> Acesso em 17 fev 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2000. Migração e Deslocamento. Resultado de Amostra. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/migracao/censo2000_migracao.pdf>. Acesso em 18 abr 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD 2006 SIDRA

JANNUZZI, Paulo de Martino e OLIVEIRA, Kleber Fernandes. Motivos pra Migração no Brasil e Migração de Retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/ destino. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 19, n. 04, p. 134-143, São Paulo, SP, BRASIL, 2005. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v19n04/v19n04_09.pdf>. Acesso em 17 fev 2012.

MATTEI, Lauro. Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): Antecedentes, concepção e composição geral do Programa. Sociedade e Desenvolvimento Rural. Florianópolis (SC), 2007. Disponível em: <<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/view/20/22>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc>>. Acesso em: 06 abr 2012.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti>>. Acesso em: 06 abr 2012.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/noticias/item?item_id=8094767>. Acesso em: 06 abr 2012.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa/modalidades/compra-direta>>. Acesso em: 18 abr 2012.

OLIVEIRA, A. T. R.; Ervatti, L. R.; O'Neill, M. M. V. C. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNAD's e Censos Demográficos. In Reflexões sobre deslocamento populacionais no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em:. Acesso em: Previdência. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=23>>. Acesso em: 06 abr 2012.

Previdência. Disponível em: <<http://www.mpas.gov.br/conteudoDinamico.php?id=423>>. Acesso em: 06 abr 2012.

SIQUEIRA, Liédje Bettizaide Oliveira, MAGALHÃES, André Matos e SILVEIRA NETO, Raul da Mota. Uma Análise da Migração de Retorno no Brasil: perfil do migrante de retorno, a partir do Censo de 2000. *Fórum BNB de Desenvolvimento e o XI Encontro Regional de Economia*, ANPEC, Fortaleza, CE, BRASIL, 2006. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Eventos/forumbnb2006/docs/uma_analise_da_migracao.pdf>. Acesso em 17 fev 2012.

QUEIROZ, Vívian. Migração de retorno, diferenciais de salários e autoseleção: Evidências para o Brasil. 2010. 101 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba.